

O NOVO ENSINO MÉDIO: Uma Reflexão a Partir do Estágio Supervisionado em Escolas Públicas do Município de Parintins.

Lucas Araújo Leal¹

Universidade do Estado do Amazonas²

MODALIDADE: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre os aspectos do Novo Ensino Médio no município de Parintins, buscando trazer para a luz do debate, as problemáticas envolvidas nessa forma de operar essa etapa determinante na vida dos estudantes. Com o estágio supervisionado nas escolas da rede pública, é possível observar que os desafios para o corpo docente aumentam, com novas demandas para atender, mas sem o suporte necessário para a operacionalização de tal modelo, neste sentido, torna-se imprescindível o debate acerca de tal temática em uma produção acadêmica. Analisaremos os relatos orais de professores, sendo nossas fontes primárias, para que possamos embasar nossa discussão teórica, e perceber os avanços ou retrocessos, com parâmetros de validação, norteada pela análise e manuseio dos dados obtidos de forma científica.

Palavras Chaves: Novo Ensino Médio, estágio supervisionado, relatos orais, professores, estudantes.

Abstract: The present work seeks to reflect on the aspects of the New Secondary Education in the municipality of Parintins, seeking to bring to light the debate, the problems involved in this way of operating this determining stage in the lives of students. With the supervised internship in public schools, it is possible to observe that the challenges for the teaching staff increase, with new demands to meet, but without the necessary support for the operationalization of such a model, in this sense, the debate about of such a theme in an academic production. We will analyze the oral reports of teachers, being our primary sources, so that we can base our theoretical discussion, and perceive advances or setbacks, with validation parameters, guided by the analysis and handling of data obtained in a scientific way.

Keywords: New High School, supervised internship, oral reports, teachers, student

1- Introdução

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História, Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA).

E-mail: lucasaraujo6946@gmail.com

² CESP/UEA Instituída pela Lei nº 2.637, de 12 de janeiro de 2001 – Estrada Odovaldo Novo – Bairro Djard Vieira, S/N. CEP: 69152-470, Parintins/AM – Site: www.uea.edu.br

A educação é um dos pilares de toda e qualquer nação, todas as civilizações dedicavam o seu grau de investimento em ensinar os conhecimentos e valores para que seus descendentes fossem instruídos a continuar e defender o legado e os interesses de seu povo. Mas por muitos séculos, a educação, ou pelo menos saber ler e escrever, era um privilégio de poucos, como nos mostra a história, mas como toda conquista, o acesso a educação por parte das minorias, foi fruto de muitas lutas e de sangue derramado, e que toda forma de sucateamento da educação, é um ataque contra a democracia.

No Brasil, de acordo com Saviani (2008), o processo de chegada dos europeus no século XVI, é decisivo para moldar as características, não somente da educação promovida, mas também da mentalidade do povo brasileiro. O seu caráter excludente e conservador, atendia os anseios das elites, vai ser a marca da educação no país durante os primeiros séculos de colonização, e a reflexão que fazemos aqui são os resquícios herdados desde período que persistem na nossa estrutura de educação atualmente, como estão apresentados sob uma nova roupagem, logo, observaremos como o “novo”, na verdade, reflete o velho.

O problema de acesso à educação pode ser trabalho também, observando os parâmetros de classe, raça, e gênero, tendo em vista que as mulheres eram vistas como inferiores intelectualmente, onde somente os homens, detinham o conhecimento, para pensarmos, ainda no século XIX, imaginar uma mulher letrada, era algo visto como uma afronta aos padrões sociais do contexto. Os negros, após quase 400 anos de escravidão, foram emancipados em 1888, sem nenhum acompanhamento do império brasileiro, largados a própria sorte, e a educação era algo distante, a classes mais pobres da sociedade sempre estiveram na sua margem, onde o progresso sempre chegou mais tardiamente e com cheio de restrições.

O século XX, foi determinante em muitas faces da sociedade, e a educação brasileira, também teve significativos, avanços, e em 1996, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) que estabelece uma educação básica, e duração do tempo escolar obrigatório, e se inserindo diante da problemática de desigualdade social do país, que outrora impõe uma educação economicista, que não considera o processo histórico de acesso a educação no país, aumentando as dificuldades dos jovens estudantes das classes mais subalternas.

No século XXI, vemos a implementação de mudanças nas escolas públicas brasileiras, como o projeto cívico-Militar e o Novo Ensino Médio. Neste artigo vamos analisar a realidade de escolas com o Novo Ensino Médio, a partir da experiência do estágio supervisionado na rede pública do município de Parintins – AM, pois essas mudanças tem impactos na vida de médio a longo prazo, e que podem comprometer os rumos da educação no país.

E para falar de educação, não existe especialistas melhores do que professores e professoras, por tanto vamos, buscar os relatos desses a partir de suas experiências, para dialogarmos sobre as consequências para o corpo docente e discente, e posteriormente, para a sociedade de modo geral, logo, o presente trabalho, com a aplicação da metodologia de História Oral, iremos nos dedicar a análise minuciosa dos fatos, e avaliar como os objetivos propostos pelo modelo do Novo Ensino Médio aparecem na prática.

2 - Metodologia

Para que realizar a presente pesquisa, foi feito um planejamento das ações com a professora orientadora para que possamos em conjunto, pensar as estratégias, os objetivos e a operacionalização da mesma. Aplica-se a metodologia de História Oral, que é reconhecida pelo meio acadêmico como um recurso acessível e que possui padrões éticos de manuseio e análise das fontes orais, uma vez que vamos ter os relatos de educadores, e a tal metodologia nos mostra aquilo que não é visto na História Oficial, isto é, o que é invisibilizado, e que interfere diretamente no impacto que buscasse ter com o este trabalho. E como fontes secundarias, vamos analisar os documentos que tratem do novo ensino médio, o respaldo legal bem como os precursores de tal modelo de ensino para assim, termos os subsídios necessários para elaborar uma pesquisa científica e com relevância social.

Para isso, é necessário esmiuçar sobre a formação da educação básica no brasil, como ela é pensada e com discursos com características de universalidade e igualdade são problemáticas quando confrontadas com as realidades dos brasileiros, das regiões e suas especificidades, as diferenças entre as classes sociais, a mentalidade que se projeta para os estudantes do país, na qual visa uma reprodução mecânica do mundo, da forma como ele se ver nesta sociedade, isto é, a sua importância perante a sua serventia.

2 – Educação no Brasil.

Como sabemos, a educação no Brasil, desde o seu princípio, foi elaborada para atender os anseios das elites, e que passou por muitas mudanças ao longo do tempo, não se pode compreender a educação no país sem antes pensar na configuração social do país, marcada pela desigualdade social, em um arcabouço patriarcal e muitos séculos de escravidão. E neste sentido, observa-se como as oportunidades para estudantes, de alcançarem uma tão sonhada vaga no ensino superior, são influenciadas por fatores ligados ao contraste social.

Desde de a chegada dos jesuítas na colônia portuguesa, em 1549, vemos o início da educação, pautada nos valores cristãos, conseqüentemente passando pelo poder imperial a responsabilidades e no século XX até os dias atuais, a educação eleva para um o seu nível nacional, e se destaca tanto nas redes públicas e privadas.

Sabemos que ser importante perceber as continuidades e discontinuidades, deixadas pelo poder imperial para o Brasil Republicano, uma vez em que possamos perceber uma descentralização da educação como forma de diminuição dos investimentos no setor educacional do país, neste sentido, o escritor Costa Filho (2021) afirma que:

Diante desses aspectos, é notório que a sociedade brasileira se configurou e reconfigurou através de ideias e modelos emprestados de realidades sociais diferentes em suas principais bases de estrutura para a formação social como a economia e educação. Destaca-se também a forma como se deu a escola da primeira república, que utilizava o discurso de levar a educação a todos os cidadãos brasileiros, contudo, nas regiões periféricas, as escolas de modelo imperial continuaram a ser aplicadas, aos que conseguiam ter acesso. (COSTA FILHO, 2021, p. 31)

Em um país, onde a taxa de analfabetismo estava em cerca de 65% da população no entre 1900 a 1920, observa-se que a oferta da educação também se dá em distinção de mulheres e homens.

3 - Lei do Novo Ensino Médio.

A Lei do Novo Ensino Médio, promulgada no Brasil em 2017, representou uma tentativa significativa de reformar o sistema educacional, introduzindo flexibilidade curricular e ênfase na formação técnica. No entanto, a implementação dessas mudanças levanta questões críticas sobre a equidade, qualidade e preparo do sistema educacional

como um todo. Essa foi pensada e imposta para a sociedade a partir de alguns “entraves” como por exemplo a crise do Ensino Médio, nesse sentido Silva diz que:

O argumento para tal reforma baseia-se na crise do Ensino Médio, através dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado em 2016, que trata dos resultados negativos das escolas estaduais persistentes desde 2011. De acordo com o ministério da Educação (MEC), quase dois milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola. Entre os motivos estão: necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%), dificuldades de acesso à escola (10,9%), falta de interesse (40,3%), entre outros motivos (21,7%). (Silva, 2022, p. 2)

Um das mudanças foi com relação a carga horária obrigatória, que passou de 800 horas anuais, a serem cumpridas um turno, ao longo de 200 dias letivos, para no mínimo 1.000 horas por ano, totalizando 3.000 horas ao final de todos períodos. Isso obriga as escolas a darem aula em tempo integral de 7 horas por dia.

A proposta de flexibilização curricular é um dos pilares da lei, visando atender às diversas aptidões e interesses dos estudantes. Contudo, a disparidade na infraestrutura e qualificação dos professores entre as escolas tem gerado desafios consideráveis. Enquanto instituições mais bem estruturadas em tese conseguem oferecer uma gama mais ampla de disciplinas, aquelas com recursos limitados podem enfrentar dificuldades em proporcionar uma educação igualmente enriquecedora. Isso cria um cenário de desigualdade que vai contra o princípio da equidade que a reforma pretendia promover.

A ênfase na formação técnica é uma resposta à demanda do mercado de trabalho por profissionais qualificados em setores específicos. No entanto, há uma preocupação legítima sobre a desvalorização de disciplinas tradicionais, como as humanidades. A formação integral dos alunos requer uma compreensão equilibrada de diversas áreas do conhecimento, e a excessiva priorização de habilidades técnicas pode negligenciar aspectos fundamentais da educação que contribuem para o desenvolvimento crítico e ético dos indivíduos. Em suas pesquisas Weinheimer e Wanderer, veem qual a visão dos estudantes sobre o Novo Ensino Médio:

A primeira recorrência encontrada no material empírico diz respeito a necessidade que os estudantes percebem do Ensino Médio (e do PNEM) os preparar para o mercado de trabalho. Algumas das enunciações que recorrentemente foram encontradas nas respostas dos questionários referem-se a essa relação: “A função do Ensino Médio, para nós, alunos, é nos preparar para o futuro, nos preparar para um emprego, para nos profissionalizar”; “Eu acho que é [função da escola] nos preparar para termos um futuro melhor e entrar no mercado de trabalho, para nos tornarmos adultos”. (Weinheimer e Wanderer, 2021, p. 8)

A transição para o Novo Ensino Médio demanda investimentos em capacitação docente e infraestrutura. A implementação efetiva dessas mudanças exige recursos nas escolas. Entretanto, observa-se uma que não há recursos nas escolas e muito menos a possibilidade de capacitação dos professores.

Outro ponto crítico refere-se à participação dos estudantes na definição de seus itinerários formativos. Embora essa abordagem seja inovadora, há desafios em garantir que os alunos, muitas vezes jovens e inexperientes, façam escolhas informadas que atendam não apenas a interesses imediatos, mas também a perspectivas futuras, diante disso, Silva diz que:

Se a oferta do itinerário é definido pelos sistemas de ensino, fica à disposição das escolas, a liberdade de escolha não vai acontecer por parte do estudante, além de faltar escolas, a maior parte deles vai estudar em itinerário que não escolheu; outra questão é quanto a locomoção, se a escola em que o aluno está matriculado não oferece o itinerário que ele deseja, ele terá condições de se locomover para outra escola? Tudo isso vai impactar na diminuição do acesso dos estudantes na escola pública influenciando também no acesso à universidade pública. (Silva, 2022, p. 10)

Alexandre Bruno de Souza Melo (2023), professor que participou da nossa pesquisa também destaca essa falta de liberdade de escolha dos alunos que na Lei fala uma coisa e na realidade nada daquilo acontece:

Criaram esse negócio de Novo Ensino Médio com a promessa de que seria melhor para o aluno, é, o aluno ia escolher o que ele ia estudar e isso não acontece, isso é mentira, o aluno não escolhe nada, inclusive por exemplo, no segundo médio eu estou participando de um projeto que eles chama, que é uma disciplina que a gente dá em 6 meses, segundo o que foi nos dito né, nós pegaríamos 3 projetos referentes a nossa área, apresentaríamos essas opções para os alunos, ao alunos escolheriam um projeto pra gente trabalhar durante certo tempo, só que não é isso que acontece a SEDUC simplesmente empurra um projeto que ela quiser pra gente e a gente tem que fazer e pronto, não tem escolha nem do professor, nem do aluno. (MELO, 2023.)

Como podemos observar, existe um problema em relação ao diálogo com a secretaria de educação do estado, e os resultados desses fatores contribuintes são muitos, como podemos ver na pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que apontou o Novo Ensino Médio contribuiu para o aumento da evasão escolar, e o Serviço Social da Indústria/Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SESI-SENAI) através de uma pesquisa, constatou que 15% dos estudantes acima de 16 anos estão na escola, um número preocupante e que futuramente terá seus reflexos na sociedade.

O Novo Ensino Médio em sua totalidade, apesar de alguns aspectos serem inovadores e outros nem tanto assim, podemos perceber que o efeito foi reverso do que se era esperado, a falta de estruturas, de recursos das escolas colocou em evidência a desigualdade que existe, até mesmo escolas mais bem sucedidas passam por dificuldades para inserir os métodos desse novo ensino, os próprios professores acabam sendo prejudicados, sobrecarregados com funções que não são deles mas que precisam desempenhar para cumprir suas cargas horárias, principalmente na disciplina de História, onde a carga horária da disciplina foi diminuída. Obrigando assim o professor de História a dar aula de outras disciplinas ou dar aula em várias escolas para conseguir bater a sua carga horária, e mesmo assim tendo que dar conta de todos os assuntos, de todas as turmas na qual trabalha.

4 - O especialista em Educação, o professor.

O Novo Ensino Médio, embora tenha como objetivo aprimorar a educação, apresenta desafios significativos na vida dos professores. Uma crítica fundamental é a sobrecarga de trabalho imposta pela necessidade de se adaptar a um currículo mais flexível. Professores enfrentam a demanda de planejar itinerários formativos personalizados, o que pode resultar em horas extras significativas e pressão constante. A grande pressão por resultados, muitas vezes vinculada a avaliação do desempenho dos alunos, intensifica o estresse entre os professores. Essa carga adicional pode comprometer a qualidade do ensino e ter impactos negativos na saúde mental dos professores.

Além disso, a falta de padronização na implementação do Novo Ensino Médio contribuiu para a variabilidade nas condições de trabalho dos professores. Escolas com recursos limitados enfrentam dificuldades na oferta de opções diversificadas, enquanto aquelas mais privilegiadas podem ter uma transição mais tranquila, isso não significa que elas também não tenham dificuldade nessa transição. Essa disparidade gera desafios adicionais para os educadores, que precisam lidar com diferentes realidades em seu ambiente de trabalho.

Outro ponto crítico é a necessidade urgente de investimentos em formação docente. A introdução de novas metodologias e a incorporação de tecnologias educacionais demandam habilidades atualizadas. Muitos professores podem sentir-se despreparados para essas mudanças, destacando a importância de programas que

ofereçam uma formação para a docência, como destaca o professor de História Alexandre Bruno de Souza Melo (2023) em uma entrevista para esta pesquisa:

Os professores não tiveram nenhum tipo de formação para o Novo Ensino Médio, ele só foi aprovado e empurrado pra gente, a gente que se vire tá, não teve, eles colocam formação na internet no horário da aula ou seja, como é que o professor vai fazer uma formação on-line se ele está dentro da sala de aula dando a sua aula? Não tem como. (MELO, 2023.)

A ausência de investimentos adequados nessa área além dos outros problemas já citada causa frustração entre os educadores. O Novo Ensino Médio, embora busque aprimorar a qualidade da educação, impõe desafios ainda maiores na vida dos professores, sobrecarregando-o ainda mais o seu dia a dia na docência. Nessa perspectiva, busca-se considerar uma reavaliação de tal modelo de ensino, levando em conta não somente toda as demandas enfrentadas mas também os números da escola, no que tange as aprovações em vestibulares, índice de avaliação período da escola, os desenvolvimentos de pesquisas como é o caso do Programa Ciência na Escola (PCE), fatores que são imprescindíveis, para que a escola possa fortalecer a sua relevância social.

Considerações Finais

Sabemos que no Brasil, assim como em qualquer outro país do mundo, a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento das sociedades, e que quando tratada como prioridade, eleva o nível intelectual das pessoas e possibilita novos quadros sociais no combate às desigualdades, a extrema pobreza e a manipulação política que se ancora na ignorância social. Paulo Freire, afirma que a educação precisa ser libertadora, e que antes da leitura da escrita vem a leitura de mundo, no sentido de basear a educação para levar o estudante a pensar a sua própria realidade e através da educação, lutar por justiça social e melhores oportunidades para todos.

A presente pesquisa, caracterize-se não somente por ser uma investigação científica, mas também por estar conectada com a percepção de que precisamos acompanhar a evolução tecnológica para se fazer melhor ainda o que já fazemos, para que o alcance da educação brasileira seja uma referência no sentido de atender as

demandas e especificidades de cada região, e que possa ofertar aquilo que a própria constituição de 1988 preconiza, uma educação gratuita e de qualidade.

A presente pesquisa também busca trazer novas reflexões com relação ao Novo Ensino Médio, abrindo portas também para novas pesquisas a respeito desse tema muito importante tanto para sociedade em geral quanto para a sociedade acadêmica. Refletir sobre tal modelo de ensino da margem para entendermos ainda mais sobre o assunto e instiga a produção de novas pesquisas relacionada ao tema, gerando material de grande valia para futuros pesquisadores, como também materiais informativos para a sociedade.

Referencias

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-Diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em setembro de 2020.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: Da operação brother sam aos anos de chumbo**. Civilização brasileira, rio de janeiro, 2008, p-75.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula / História das Mulheres no Brasil/** Mary del Priore (org); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). – 10. Ed. 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. p. 443-47

PAIVA, D.; SOUZA, M.R; LOPES, G.F. **As percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos**. p. 368-376

SILVA, Edna Maria Lopes da. **O Novo Ensino Médio: impactos na escolarização da juventude.** VII Congresso Nacional de Educação, GT 21- políticas públicas de educação, 2022.

WANDER, Fernanda, WEINHEIMER, Gicele. **O (Novo) Ensino Médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal.** Revista Práxis Educacional. V. 17, N. 48, 2021.